

Turismo e Paisagem Cultural: para Pensar o Transfronteiriço

Luciana de Castro Neves Costa¹

Susana de Araújo Gastal²

Resumo: A análise empreendida neste trabalho é resultado de projeto de pesquisa de dissertação ainda em construção. Diante da importância que o estudo acerca das fronteiras assume no Brasil, e de sua relativa desconsideração como objeto de apropriação teórica e prática turística, além das novas concepções acerca do patrimônio, o presente trabalho tem por objetivo estimular a reflexão sobre o patrimônio natural e cultural das áreas fronteiriças sob uma ótica *transfronteiriça*, sob a lógica da nova categoria de bem patrimonial do IPHAN, a Paisagem Cultural Brasileira, na tentativa de avaliar sua possibilidade de dar conta da complexidade sócio-cultural que envolve os territórios fronteiriços do País, e especificamente a fronteira Brasil-Uruguaí, com foco nas cidades de Jaguarão (RS, Brasil) e Rio Branco (Departamento de Cerro Largo, Uruguaí). Para tanto, este artigo adota como procedimentos metodológicos pesquisa bibliográfica e documental, tendo como base lógica da investigação o Paradigma da Complexidade, conforme proposto por Edgar Morin.

Palavras-chave: Turismo; Fronteira; Paisagem Cultural; Jaguarão (RS, Brasil); Rio Branco (Departamento de Cerro Largo, Uruguaí).

1. Introdução

A globalização e os imaginários a ela associados, entre eles o de um mundo sem fronteiras a limitar os territórios, trazem no bojo de suas transformações novas percepções a respeito das Fronteiras. Inicialmente associadas a um imaginário que as via como linha de corte, limite da soberania nacional, as fronteiras passam a ser percebidas como espaços de contato, onde as trocas culturais são tão ou mais importantes do que as trocas comerciais. A sobreposição dos dois imaginários, o de separação e de união, carrega em si uma contradição inerente a própria essência da fronteira: representando o limite de um país, ela tanto separa como se constitui no primeiro ponto de tangência entre ambos. Entretanto, enquanto componente nacional, a fronteira tem sido um espaço físico e humano tratado mais como zona

¹ Mestranda em Turismo pelo programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul – UCS, RS. Bacharel em turismo pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel, RS. <lux.castroneves@gmail.com>

² Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul – UCS, RS. Professora do Curso de Bacharelado em Turismo da pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. <sgastal@terra.com.br>

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

de provável atrito internacional do que como área de contato com outros países, o que leva ao desfavorecimento de sua apropriação prática e teórica para o turismo.

No Brasil, os estudos relativos às fronteiras nacionais assumem uma grande importância, uma vez que seu território envolve o contato com dez países da América Latina e a complexidade cultural que os caracteriza: Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. São ao todo 15.719km de fronteira terrestre, tangenciando 11 unidades da Federação: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina. A “Faixa de Fronteira”, porção territorial de 150 km adjacente à linha-limite do Brasil, considerada área de segurança nacional, corresponde a 27% do território brasileiro e reúne uma população estimada em dez milhões de habitantes (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2009). Dentro do recente interesse governamental pelas áreas de fronteira, uma das iniciativas públicas de incentivo ao desenvolvimento destes espaços foi a criação do Programa de Promoção de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDFF. Dentre as ações destacadas no projeto, aponta-se o incentivo ao desenvolvimento da atividade turística, considerada importante vetor para alavancar e revitalizar as áreas inseridas na faixa de fronteira, diante das potencialidades locais que se apresentam e que, à exceção de Foz do Iguaçu, no Paraná, são pouco aproveitadas. Além disso, no que se refere ao âmbito científico, a temática das fronteiras passou a ser objeto de debate em eventos como o Frontur – Seminário Internacional de Turismo de Fronteira, que em 2009 completou sua sexta edição, e ainda na esfera acadêmica, com a recente implantação de cursos de turismo nas cidades de Jaguarão e Santa Vitória do Palmar, no Rio Grande do Sul, promovidos respectivamente pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – e Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

No Sul do Brasil, o Rio Grande do Sul faz limite político com a Argentina e com o Uruguai. Atualmente, dos seis municípios que compõem a fronteira Brasil-Uruguai encontram-se, na condição de conurbação³, as cidades de Santana do Livramento/Rivera, Chuí/Chuy, e Aceguá/Acegua; e em áreas contíguas, unidas por pontes, as cidades de Quarai/Artigas, Barra do Quarai/Bella Unión, e Jaguarão/Rio Branco. Esse quase compartilhamento de um mesmo território estabelece uma dinâmica de convivência diária da

³ Por conurbação entende-se o conjunto formado por uma cidade e seus subúrbios, ou por cidades reunidas que constituem uma sequência sem contudo se confundirem, caso de algumas cidades da fronteira Brasil/Uruguai assinaladas acima.

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

cultura argentina, uruguaia e brasileira, formando um terceiro espaço de negociação simbólica, justamente por sua condição limítrofe. Nos três países, a região de fronteiras encontra-se distante dos espaços nacionais hegemônicos em termos políticos e econômicos, o que ampliou e ainda mantém estendidas as peculiaridades regionais, em relação às respectivas marcas nacionais. Além disso, apesar da divisão política, esta área apresenta como suporte físico o Bioma Pampa, uma zona de transição transnacional que se estende do Rio Grande do Sul, à Argentina e ao Uruguai, dominando grande parte de suas respectivas áreas, mesmo que com características diferentes.

Neste contexto, nota-se a necessidade de maiores pesquisas acerca do fenômeno das fronteiras, em suas implicações não apenas políticas e econômicas, mas também sociais, culturais, ecológicas e, principalmente, turísticas, dada a negligência que a atividade vem sofrendo nestas áreas e a potencialidade que estes espaços culturalmente plurais apresentam como fatores de atratividade, geralmente desconsiderados em detrimento do chamado turismo de compras, estimulado pelos *free-shops*. O presente trabalho tem por objetivo estimular a reflexão sobre o patrimônio natural e cultural das áreas fronteiriças sob uma ótica *transfronteiriça*, sob a lógica da nova categoria de bem patrimonial do IPHAN, a Paisagem Cultural Brasileira, na tentativa de avaliar sua possibilidade de dar conta da complexidade sócio-cultural que envolve os territórios fronteiriços do País, e especificamente a fronteira Brasil-Uruguai, com foco nas cidades de Jaguarão (RS, Brasil) e Rio Branco (Departamento de Cerro Largo, Uruguai).

Como parte de um projeto de pesquisa de dissertação ainda em construção, a presente reflexão visa contribuir para a discussão do tema, tanto no que se refere à inclusão da temática das fronteiras na teorização sobre turismo, quanto nas potencialidades e limitações da chancela de Paisagem Cultural de contemplar o patrimônio cultural na conjuntura atual. Utiliza-se, como metodologia, o Paradigma da Complexidade, conforme proposto por Edgar Morin (2001; 2005).

2. Fronteira: Novas Aproximações Conceituais

O termo “fronteira” deriva do latim, *fronteria* ou *frontaria*, que indicava a parte do território situada *in fronte*, isto é, nas margens (MARTIN, 1998). O estabelecimento de limites entre territórios está intimamente ligado à evolução das formas de propriedade. Nas

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

sociedades caçadoras-coletoras, inclusive por sua característica nômade, não haveria separação entre propriedade individual e coletiva. A apropriação e utilização do solo era temporária e, sob estas condições, a fronteira apresentava-se extremamente flexível e fluída, uma vez que o território se caracterizava pelo uso comunal dos fluxos nômades. Com a sedentarização e a perda gradual da importância da caça e da coleta frente à agricultura, junto à especialização de funções, surge a necessidade de habitar territórios mais delimitados e menos sujeitos ao ingresso de grupos hostis (MARTIN, 1998).

A concepção moderna de fronteira surge na Europa, com o Tratado de Westfália, em 1648, associada à idéia de Nação. O Renascimento e os progressos na matemática, astronomia, aliado aos conhecimentos obtidos nas viagens, impulsionaram o avanço cartográfico, possibilitando a criação de mapas. Com a utilização destes, as fronteiras passavam a ser não mais representadas, mas também projetadas, o que em decorrência tornava possível a introdução de traçados precisos entre as nações. Firma-se a noção de fronteira representando o limite dentro do qual o Estado-Nação exerce sua soberania, como um espaço territorial sob uma jurisdição única (MARTIN, 1998). Após a I Guerra Mundial, o conceito de linha de fronteira é substituído pelo de região de fronteira, implicando uma nova construção de sentido em relação aos espaços limítrofes nacionais, na qual a linha situa-se como separação, e a região como espaço de trocas.

Tradicionalmente, o imaginário mais associado às fronteiras as via como linha de separação ou limite da soberania nacional (GASTAL e CASTROGIOVANNI, 2006). Segundo Severo (apud SCHÄFFER, 1990, p. 155), “a noção de fronteira apresenta uma contradição inerente a sua própria essência: sendo confins e limite de um país ela tanto separa dois Estados como também constitui o primeiro ponto de tangência entre ambos”. Nesse sentido, os espaços fronteiriços apresentam uma dupla condição de separação e contato.

A dualidade dos espaços de fronteira é uma característica bastante evidente, explicitada, de um lado, pela necessidade de se estabelecer separações e limites, em nome de uma diferença cultural e da preservação da soberania nacional e, de outro lado, pelas práticas sociais e trocas que, em face da proximidade física e dos interesses comuns, se estabelecem. A fronteira é, a um só tempo, área de separação e de aproximação, linha de barreira e espaço polarizador. É, sobretudo, um espaço de tensões, de coexistência das diferenças, e do estabelecimento de novas realidades sócio-culturais. (CASTELLO, 1995, p. 18).

Com a globalização e as ideologias a ela associadas, ocorreria a criação de um imaginário de liberalização e integração das fronteiras, ou seja, de ampla circulação de

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

peças e mercadorias, e a criação de grandes blocos regionais, a exemplo da União Européia e do Mercosul. No entanto, o movimento da livre circulação de pessoas e da força de trabalho não tem se apresentado como ato contínuo, mesmo no interior de blocos regionais (CASTROGIOVANNI e GASTAL, 2006). Mesmo assim, em termos de imaginário, passa-se da concepção de fronteira como limite e separação, em seus fundamentos, para, em um contexto pós-moderno, associá-la à idéia de esfera de contato, de encontro. Encontro de diferentes culturas, de diferentes sociedades, de diferentes economias, de diferentes populações. A concepção de contato vem assim contribuir para suplantar a idéia de limite ou linha pela de região, a qual seria entendida como um sub-espaco onde ocorrem cruzamentos de populações e culturas vizinhas. De acordo com Martin (1998, p. 47), o limite hoje seria reconhecido como linha, não podendo, portanto, ser habitado, ao contrário da fronteira, que se constitui em uma zona muitas vezes bastante povoada, cujos habitantes “podem desenvolver intenso intercâmbio, em particular sobre a forma de contrabando”.

Sob esta nova perspectiva, os espaços de fronteira são concebidos e expressam o encontro e o intercâmbio de culturas. Tais áreas apresentam-se como culturalmente dialéticas, produzindo um terceiro elemento, que não pertenceria nem a um nem a outro lado da linha divisória, mas justamente se faz por meio dela e só se manifestaria por esta condição de espaços fronteiriços, de liminaridade. Nessas áreas, a integração fronteiriça, exaltada pelo discurso de globalização, se expressaria em sua maior complexidade. Vista como limite ou fim do território nacional, esta ampla área de fronteira brasileira envolve não somente o cruzamento e circulação de produtos e moedas por meio dos processos de exportação/importação, mas envolve ainda o trânsito de pessoas, muitas delas turistas ou turistas em potencial. Além de envolver amplos domínios, as fronteiras muitas vezes são permeáveis, flexíveis, fluídas. E se há dificuldade em apreendê-las em sua complexidade é porque tais fronteiras aparecem tanto reais como imaginárias. Estudá-las, se não resolve essa dinâmica, pode levar ao menos ao entendimento desse sentimento fronteiriço, a dinâmica cultural de um espaço “entre-pátrias”, e a perceber a potencialidade que tais espaços culturalmente híbridos apresentam ao turismo.

Desse modo, verifica-se hoje a necessidade de promover um maior conhecimento das áreas de fronteira brasileiras, em suas implicações turísticas, espaciais, culturais e sociais, além de políticas, que levem a uma maior valorização destes espaços culturalmente plurais e

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

complexos, e à sua inserção em projetos e políticas de turismo em nível nacional e, dentro desta proposta, em nível transnacional.

No Rio Grande do Sul, a importância que o contato fronteiriço carrega e carregou durante todo o seu processo de constituição, levou à dupla condição apontada por Castello (1995): de estabelecimento de limites em seus primórdios, nas constantes disputas entre portugueses e espanhóis, levando à militarização do território, assim como a processos troca e integração, estabelecidos concomitantemente a esse período. Nesse sentido, a cooperação transfronteiriça tem sido, desde seu estabelecimento, uma necessidade para os habitantes do sul do país, não apenas no que se refere aos aspectos comerciais, mas ainda no que se refere ao atual trânsito de pessoas em suas viagens.

3. Paisagem Cultural como Bem Patrimonial

A apropriação e transformação do conceito de Paisagem Cultural em bem patrimonial surge no contexto mundial para responder à crescente complexidade da sociedade contemporânea e a velocidade cada vez maior dos processos sociais e econômicos, e sua influência na descaracterização dos territórios (ALMEIDA, 2007). A invenção da paisagem se dá no contexto do Romantismo, quando o homem busca a natureza como objeto de apreciação, com destaque para as artes plásticas na construção de sua visualidade, por meio da representação de imagens do campo e de elementos naturais. Culturaliza-se assim a relação do homem com a natureza. Percebida inicialmente sob uma ótica religiosa, como fonte de pecado, ou sob uma ótica de trabalho camponês, como fonte de subsistência, a pintura de paisagens possibilitou o distanciamento do homem da natureza, permitindo lançar um olhar sobre a mesma (GASTAL, 2008). A partir da influência das obras na criação de códigos estéticos de apreciação da natureza, a paisagem torna-se objeto de fruição estética, objeto de desejo e busca. Nesse período, de acordo com Boyer (2003, p. 19)

Surgiram então o amor pelo campo, que se tornara lúdico, a transformação das práticas populares de uso das águas no termalismo mundado das estações termais que se estendeu até os balneários oceânicos, o novo desejo de ir aos limites a as invenções sucessivas das Geleiras, do Mont Blanc e do alpinismo e, enfim, a longa temporada de inverno no sul da França. O Romantismo prolongou estas invenções com sua descoberta do exotismo no tempo e no espaço.

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

A cidade, que até então era sinônimo de civilização, progresso e urbanidade, passa a representar, após a Revolução Industrial, uma Babilônia, que perverte, polui e leva à perdição. Ocorre assim, entre os séculos XVIII e XIX, uma inversão de valores, tornando o campo, anteriormente visto como fonte de atraso, em um “campo desejado, mais apreciado por seu valor estético e terapêutico do que por seu interesse produtivo” (BOYER, 2003, p. 55).

O aparecimento da noção de paisagem fora acompanhado de uma revolução científica e técnica que destituiu a natureza de seu estado divino e tornou-a objeto de conhecimento. A moda das viagens e a grande divulgação dos relatos, litografias e livros originários de “viagens pitorescas”, no século XIX, favoreceram a associação da paisagem às características de determinado território, expressas pela combinação local de elementos naturais e criações humanas, e pelo modo particular de apropriação humana do espaço (SALGUEIRO, 2001).

O estabelecimento da paisagem como um conceito formal da Geografia Moderna dá-se no final do século XIX e início do século XX, na Alemanha. *Kulturlandschaft* (paisagem cultural) foi o termo criado por Otto Schlüter para designar a paisagem transformada pela presença humana, em oposição à *Landschaft*, ou paisagem natural, a qual não apresentaria traços da presença humana. Entretanto, é com Carl Ortwin Sauer, no início do século XX, nos Estados Unidos, que a Paisagem Cultural ganha força como conceito científico dentro da Geografia Cultural. Em seu artigo “A Morfologia da Paisagem” (*The Morphology of Landscape*), de 1925, o geógrafo norte-americano propõe que o conteúdo da paisagem seria encontrado nas qualidades físicas da área que são importantes para o homem e nas formas de seu uso da área, em fatos de base física e fatos da cultura humana. A paisagem cultural seria, assim, modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo, na qual “a cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado” (SAUER, 1998, p. 59).

Uma das principais limitações ao estudo de Sauer e de outros geógrafos europeus que teorizavam sobre paisagem refere-se à concepção de que seu objeto de análise deveria ser restrito aos aspectos materiais da porção espacial analisada, desconsiderando-se os fatos imateriais da vida humana. Essa percepção, dominada por um contexto científico positivista, viria a ser combatida pelos geógrafos humanistas e pelo movimento de renovação da Geografia Cultural, a partir da década de 1970, com autores como Cosgrove e Berque, que introduziriam a importância da consideração da dimensão simbólica da paisagem, em função de sua influência na organização espacial. Segundo Cosgrove (1998), todas as paisagens são

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

culturais, e, portanto simbólicas, uma vez que resultam da apropriação e transformação do meio ambiente pela ação humana. Qualquer intervenção humana (física ou imaginária) na natureza envolve sua transformação em cultura, apesar dessa transformação não estar sempre visível. Berque (1998) introduz na discussão o duplo papel da paisagem, que apresentaria categorias simultâneas de “paisagem-marca” e “paisagem-matriz”. A paisagem apresenta-se como uma marca, uma geo-grafia, que o grupo imprime na superfície terrestre, e cuja grafia o reflete. Ao mesmo tempo é uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, concepção e ação – ou seja, da cultura -, que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza.

Assim, no final do século XX, a relação indivíduo-ambiente é colocada em novos termos, marcando uma transição do enfoque sobre a configuração material da paisagem para um enfoque mais abrangente, envolvendo não apenas a materialidade do espaço, mas as relações simbólicas que os sujeitos estabelecem com o mesmo. Concomitante a essa nova concepção de paisagem, surgem novos modos de analisá-la, a fim de compreender seus significados, ultrapassando a análise morfológica, e envolvendo a interpretação de manifestações culturais locais, como canções populares, lendas, peças de artesanato, e demais elementos que possibilitem uma aproximação à representação que a população elabora sobre seu território, possibilitando ao pesquisador compreender a dinâmica construção da paisagem.

De sua proposição e evolução nas discussões geográficas, o conceito de “Paisagem Cultural” acaba sendo apropriado pela UNESCO em 1992, para representar bens patrimoniais de relevância internacional no qual se manifestava uma influência clara e mútua entre ação humana e meio ambiente. Passava-se assim, de uma concepção de patrimônio bipartida entre bem natural e bem cultural, para uma noção de patrimônio misto, integrado e interdependente, num processo lento da consideração do valor cultural de paisagens naturais (RIBEIRO, 2007). Antes desse período, a paisagem já constava em documentos de natureza patrimonial, porém analisada ora sob o aspecto de entorno, de ambiência de determinado bem, geralmente arquitetônico, ora por sua qualidade estética ou por sua importância exclusivamente natural. De acordo com o ICOMOS – International Council of Monuments and Sites – (2009), a inscrição da Paisagem Cultural como bem na Lista do Patrimônio Mundial pode ser efetuada em três tipologias e sub-tipos: Paisagem Claramente Definida – criada propositalmente; Paisagem Cultural Associativa – que possui seu valor em função das associações simbólicas estabelecidas, mesmo que não haja manifestação da intervenção humana no espaço; e

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

Paisagem Evoluída Organicamente – que resulta de um imperativo social, econômico, administrativo e/ou religioso, e que desenvolveu sua forma atual por meio da associação com e em relação ao ambiente natural. Essa categoria subdivide-se em: Paisagem Relíquia ou Fóssil: cujo processo de construção teve fim, mas cujos aspectos ainda são visíveis; e Paisagem Contínua: que ainda detêm um papel ativo na sociedade contemporânea.

No Brasil, apesar das discussões e encontros realizados em 2007 sobre o tema, a Paisagem Cultural foi adotada como instrumento de preservação patrimonial em 2009 sob a forma de certificação de outorga de valor concedida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Inclui, dentre outros, sítios de valor histórico, geológico, paleontológico, científico, mítico, industrial, simbólico, turístico, religioso, de migração e de fronteira (IPHAN *et al.*, 2007). De acordo com o IPHAN (ALMEIDA, 2007), a Paisagem Cultural Brasileira caracteriza-se fundamentalmente pela ocorrência em uma fração territorial, do convívio singular entre natureza, os espaços construídos, os modos de produção e as atividades sociais e culturais. Entre os motivos justificadores da adoção da certificação de Paisagem Cultural estaria a preocupação com os fenômenos contemporâneos de expansão urbana, globalização e massificação das paisagens rurais e urbanas, além da deficiência de instrumentos de proteção que contemplem e envolvam integralmente o conjunto de componentes que compõem a paisagem cultural e sua inter-relação, uma vez que a maioria dos dispositivos legais referentes ao patrimônio brasileiro os toma individualmente em sua dimensão natural e cultural.

As Paisagens Culturais Brasileiras são apontadas pelo IPHAN como os mais representativos modelos de integração e articulação entre os diferentes bens que constituem o Patrimônio Cultural Brasileiro, contribuindo para a formação de um conjunto mais amplo e diversificado de instrumentos de preservação, assim como para uma nova postura quanto ao comportamento de gestores e populações envolvidas na gestão e manutenção da qualidade do território (ALMEIDA, 2007). A outorga de valor concedida pela certificação serviria não apenas como instrumento de preservação e gestão do patrimônio natural e cultural, mas ainda como dinamizador de oportunidades culturais, pedagógicas e sócio-econômicas, estimulando o planejamento territorial, a preservação ambiental e cultural, e o desenvolvimento de cadeias produtivas locais, assim como a atividade turística.

4. As Cidades de Jaguarão (Brasil) e Rio Branco (Uruguai)

Como recorte espacial do presente processo de pesquisa figuram as cidades de Jaguarão, no Brasil, e Rio Branco, no Uruguai, unidas pela Ponte Internacional Barão de Mauá, construída em 1930. Tais locais foram escolhidos em função de sua similaridade no processo de apropriação do território, condicionado pelas mesmas condições geo-ecológicas e pelo trinômio formado pela questão militar, pela atividade pecuária e pela rede comercial estabelecida, legal e ilegal. As cidades, sob esta ótica, aparentemente forneceriam as condições capazes de analisar a pertinência da certificação de Paisagem Cultural dentro de um processo de patrimonialização transnacional.

Jaguarão localiza-se no Sul do Rio Grande do Sul (Brasil), fazendo divisa com cidade uruguaia de Rio Branco, por meio da demarcação natural formada do Rio Jaguarão. A cidade integra a rede de “cidades marco” que definiu a linha divisória das posses territoriais das coroas ibéricas nesta região (MARTINS, 2001). Atualmente, conta com uma população estimada de 28.244 habitantes, distribuídos em uma área de 2.054 km² (IBGE, 2009). Sua economia é baseada na pecuária, com predomínio de rebanhos bovino e ovino, e agricultura, com predomínio da cultura de arroz, além do setor de serviços.

A história da ocupação das cidades de Jaguarão e de Rio Branco começa a partir da disputa de terras entre as Coroas portuguesa e espanhola, por ocasião do Tratado de Santo Ildefonso, firmado em 1777. Inicialmente, o território que atualmente pertence à Jaguarão era ocupado pela guarda militar espanhola, como reação ao expansionismo português que se processava desde o estabelecimento dos campos neutros, resultado do referido tratado. Em 1801, com o acirramento dos enfrentamentos entre Espanha e Portugal, ocorre o traslado da guarda militar espanhola ao outro lado do Rio Jaguarão, e o estabelecimento das forças portuguesas na porção de terras próximas ao mesmo, com o intuito estratégico de garantir uma via navegável para o porto de Rio Grande, e assim conseguindo obter mais facilmente mantimentos para os combatentes. A comunicação fluvial, diante da escassez de estradas, e a posição geográfica de Jaguarão na linha de fronteira será um elemento influente em todas as etapas do desenvolvimento da cidade, tanto por sua distância dos centros urbanos, quanto por estar submetida às flutuações econômicas e políticas que se processavam na outra margem do Rio Jaguarão (MARTINS, 2001). Assim, em 1811 se processam as doações dos terrenos urbanos e 1812, a Guarda do Serrito e da Lagoa é elevada à condição de Freguesia do Espírito

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

Santo do Serrito de Jaguarão, vindo a tornar-se Vila de Jaguarão em 1832, e cidade em 1835 (FRANCO, 1980). No que tange à questão patrimonial, Jaguarão possui aproximadamente 800 prédios inventariados, sendo a maioria destes, propriedades residenciais do início do século XIX, caracterizadas com arquitetura em Estilo Eclético. A cidade figura ainda como uma das 173 cidades brasileiras contempladas pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Cidades Históricas, do Governo Federal, com projetos de revitalização do patrimônio arquitetônico, além do projeto de criação do Centro de Interpretação do Pampa, nas ruínas da antiga enfermaria militar.

Na margem oposta, a cidade de Rio Branco, localizada no departamento de Cerro Largo, no Uruguai, tem início a partir do povoado de Arredondo, criado como guarda militar espanhola, quando do traslado desta para a margem direita do Rio Jaguarão. Assim como os portugueses, os espanhóis buscaram determinar a sua soberania nesta área em litígio através da criação de povoados e vilas. O povoado de Arredondo foi renomeado como Vila Artigas em 1853, modificando novamente seu nome em 1915, quando passa a chamar-se Vila de Rio Branco, em homenagem ao diplomata brasileiro José Maria da Silva Paranhos, Barão de Rio Branco, que em 1909 intermediou a concessão do condomínio das águas limítrofes do Rio Jaguarão e da Lagoa Mirim (MIRANDA, 2002). O local manteve esse nome após sua elevação à categoria de cidade em 1952. Rio Branco conta atualmente com uma população aproximada de 14 mil habitantes, sendo a segunda maior cidade do departamento. Seu crescimento recente está vinculado à dinâmica e às vantagens oferecidas pela economia de fronteira. Em 2003, iniciou-se o processo de instalação de *free-shops* na cidade, revigorando a economia local e estimulando o fluxo de brasileiros em busca de produtos importados com preços mais baixos que os encontrados em território brasileiro, tornando-se mais competitivo diante do comércio nacional. A cidade possui poucos vestígios materiais e imóveis representativos do período de sua formação (MIRANDA, 2002). Seu eixo de atratividade turística detêm-se no turismo de compras, em função dos *free-shops*.

5. Paradigma da Complexidade: a teia metodológica que permeia a investigação

O método utilizado para delinear a base lógica da investigação em processo é o Paradigma da Complexidade, conforme proposto por Edgar Morin. Sua adoção justifica-se pela necessidade de estabelecer um diálogo rotativo entre diferentes áreas do saber, tanto no

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

que se refere à teorização acerca das fronteiras quanto no que se refere à teorização a respeito da Paisagem Cultural, além da contextualização da pesquisa. Segundo Morin (2008), há uma inadequação cada vez mais ampla e grave entre os saberes separados, compartimentados entre as disciplinas, e, por outro lado, realidades ou problemas cada vez mais polidisciplinares, multidimensionais, transnacionais, globais. A especialização abstrairia, extrairia o objeto de seu contexto e de seu conjunto, rejeitando os laços e a intercomunicação do objeto com seu meio, inserindo-o no compartimento da disciplina, cujos limites quebram arbitrariamente a relação sistêmica da parte com o todo e a multidimensionalidade dos fenômenos.

Trata-se de um pensamento que trata a realidade em sua natureza concomitantemente solidária e conflituosa, e concebe a construção do conhecimento em um processo constante de confronto com a incerteza. Defende ainda a não existência de uma verdade científica definitiva, mas sim de verdades provisórias, que se sucedem, ou nas palavras de Morin (2005, p. 48), “verdades biodegradáveis”, isto é, mortais e ao mesmo tempo vivas, superando-se momento a momento. O Paradigma da Complexidade propõe, entre os outros princípios, a relação sistêmica que se estabelece entre as partes, cuja interação dá origem a novas qualidades, as emergências, e o princípio hologramático, segundo o qual o todo está nas partes, e a parte está no todo. Ao estabelecer a comunicação entre diferentes áreas de conhecimento, propomos, da mesma forma, utilizar diferentes instrumentos de coleta e análise dos dados, fundamentando-se em pesquisa bibliográfica, documental, e, em função da natureza e especificidade da pesquisa, aproximarmos da prática etnográfica e da história oral. Estas técnicas fundamentam a necessidade de conhecimento das territorialidades, das relações simbólicas estabelecidas entre a população e a porção espacial analisada, assim como nos remetem ao imaginário local acerca da condição fronteira e sua vivência pelos sujeitos partícipes desse espaço de separação/contato.

6. Considerações Finais

Como parte de um processo de investigação ainda em construção, o presente trabalho teve como principal objetivo discutir a importância da consideração das áreas de fronteira brasileiras na construção do corpus teórico do turismo, dada a dimensão que estas representam no território nacional, e sua potencialidade como objeto de apropriação turística diante da pluralidade cultural manifesta nestes espaços. Dentro deste contexto, aproximamo-

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

nos da chancela de Paisagem Cultural Brasileira, nova categoria de bem patrimonial, a fim de incentivar o debate sobre seu uso como certificação de outorga de valor patrimonial nacional e como instrumento de preservação em âmbito ecológico e cultural, bem como sua possibilidade de aplicação a territórios separados por limites políticos, mas que verificam uma contigüidade espacial e trajetória histórico-cultural similar em ambos os lados da fronteira. Trata-se de uma discussão relativamente nova no Brasil, com poucos estudos a respeito, tanto da certificação de modo geral, como de sua influência na preservação e valorização de destinos para o turismo.

Assim, frente ao exposto nesta construção e diante da pesquisa realizada até o presente momento, inicialmente, aponta-se como indicadores de análise a dialogar com a temática das fronteiras e da paisagem cultural a permear a investigação: cultura e hibridismo cultural, imaginário, silêncio, e integrando este, o elemento contrabando, e turismo. Tais indicadores nortearão as análises efetuadas nas cidades de Jaguarão e Rio Branco, na tentativa de identificar e fornecer elementos que possam contribuir para a compreensão da dinâmica cultural que se estabelece nos espaços fronteiriços, especificamente nas citadas supracitadas, e verificar a possibilidade de a certificação de Paisagem Cultural dar conta da complexidade que envolve esta área, em sua dimensão física e cultural, valorizando-a como bem patrimonial e, desse modo, valorizando o espaço fronteiriço como objeto de apropriação turística.

Podemos, entretanto, estabelecer provisoriamente algumas relações entre a certificação de Paisagem Cultural e o contexto de vivência fronteiriça Jaguarão-Rio Branco, através das pesquisas realizadas até o momento. A questão militar, a pecuária e a rede comercial estabelecida, assim como as características eco-geográficas e a importância do Rio Jaguarão na configuração desta área, indicam apropriações comuns do espaço, o que as aproxima das características propostas pela chancela de Paisagem Cultural. Ao estabelecer os contornos de uma paisagem cultural, a outorga de valor patrimonial nacional favorecerá o aproveitamento desta área para o desenvolvimento da atividade turística em outras dimensões, ultrapassando a dimensão econômica do turismo de compras que caracteriza de modo geral as cidades de fronteira Brasil-Uruguaí. A certificação apresenta ainda como potencialidade a valorização da cultura local, assim como os sujeitos responsáveis pelos saberes e fazeres e pela configuração da paisagem chancelada, estimulando a relação harmoniosa homem-meio.

Entretanto, apesar de suas potencialidades, algumas limitações ao uso da certificação despontam no processo investigativo, as quais iniciamos a mapear e a discutir dentro da

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

pesquisa em andamento. Uma vez que, conforme o conceito geográfico, toda a paisagem é cultural, posto que fruto de apropriação humana, como determinar quais paisagens são mais representativas ou possuem maior valor no contexto patrimonial no Brasil?! Além disso, em função de sua caracterização material e simbólica, a gama de profissionais mobilizados na identificação e análise dos projetos de candidatura deveria envolver diferentes áreas de atuação, como biólogos, ecólogos, antropólogos, arquitetos, historiadores, turismólogos, entre outros profissionais, permitindo compreender o caráter multidimensional da paisagem. Outro desafio enfrentado na implementação da chancela é definir, ao mesmo tempo, um conjunto de normas gerais para as paisagens culturais brasileiras, e estipular um conjunto de normas específicas às diferentes paisagens, de modo a respeitar sua singularidade e suas características particulares.

Desse modo, diante das considerações que se apresentam neste artigo, e que integram o projeto de pesquisa em andamento, pretendemos demonstrar a importância do tratamento da temática das fronteiras para o turismo e, ao relacioná-la à certificação de Paisagem Cultural Brasileira, estimular a discussão referente às possibilidades e limites da nova categoria de bem patrimonial, tanto para sua teorização a respeito das áreas de fronteiras brasileiras, quanto para sua utilização na conjuntura patrimonial brasileira de modo geral.

7. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Luis Fernando. O Futuro é a Paisagem. In.: Jornal/Revista O Globo – 10/06/2007. Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/site/2007/06/11/opiniao-o-futuro-e-a-paisagem>>

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca e Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In.: CORRÊA, Roberto. Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

BOYER, Marc. **História do Turismo de Massa**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

CASTELLO, Iara Regina.; HAUSEN, Ênio Costa.; LEHNEN, Arno Carlos. *et al.* (org.). **Práticas de Integração nas Fronteiras**: temas para o MERCOSUL. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, Instituto Goethe / ICBA, 1995.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; GASTAL, Susana. Fronteiras e Turismo: tensionando conceitos. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL e SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 5, 2006, Caxias do Sul. **Anais**. Caxias do Sul, Educs, 2006.

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – Seção 01 – Nº 83, terça-feira, 5 de maio de 2009, p. 17 – PORTARIA Nº 127, de 30 de abril de 2009.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Origens de Jaguarão (1790-1833)**. Universidade de Caxias do Sul: EDUCS, 1980.

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites. **Description of World Heritage Cultural Landscapes with a bibliography based on documents available at the UNESCO-ICOMOS Documentation Centre**. UNESCO-ICOMOS Documentation Centre, set. 2009, França. Disponível em http://www.international.icomos.org/centre_documentation/bib/culturallandscapes.pdf

IPHAN; UFPEL; Prefeitura Municipal de Bagé. **Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural**. 2007, p. 01-02.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e Nações**. 4 ed. – São Paulo: Contexto, 1998. – (Repensando a Geografia).

MARTINS, Roberto Duarte. **A Ocupação do Espaço na Fronteira Brasil-Uruguay**: a construção da cidade de Jaguarão. (Tese de Doutorado). Escola Técnica Superior D'Arquitectura - Universitat Politècnica de Catalunya - Espanha, 2001.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF**. Secretaria de Programas Regionais. Governo Federal. Brasília, 2009.

MIRANDA, Wilson Marcelino. **Arquitetura e Urbanismo na Fronteira Brasil/Uruguai**: o espaço comercial construído em Jaguarão/Rio Branco (1800-1940). Tese. Curso de Doutorado em Integração Regional. Universidade Federal de Pelotas, 2002.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Tradução do francês Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, Edgar. **A Cabeça Bem-Feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução Eloá Jacobina. – 15ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Série Documentação e Pesquisa do IPHAN. Rio de Janeiro, IPHAN, 2007.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Paisagem e Geografia. In: **Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia**. XXXVI, nº 72, 2001, p. 37-53.

SAUER, Carl. A Morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SCHÄFFER, Neiva Otero. Urbanização: as Áreas de Fronteira e a Integração Latino-Americana. In.: OLIVEIRA, Nádía.; BARCELLOS, Tania. (org.). **O Rio Grande do Sul Urbano**. Porto Alegre: FEE, 1990.